



EDUCAÇÃO INFANTIL: SUPORTES, FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES

EARLY CHILDHOOD EDUCATION: SUPPORTS, FUNDAMENTALS AND PRACTICES FOR THE INCLUSION OF DISABLED CHILDREN

EDUCACIÓN INFANTIL: APOYO, MOTIVOS Y PRÁCTICAS PARA LA INCLUSIÓN DE NIÑOS DISCAPACITADOS

Silvana Maria Aparecida Viana Santos¹
Alessandra Barboza Barros Almeida²
Cristiane Tonetto Escobar³
Domingos Sávio dos Santos⁴
Jéssica Marinho Medeiros⁵
Maura Aparecida de Souza⁶
Ricardo Furtado de Oliveira⁷
Rodi Narciso⁸

DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-232

Recebido em: 26 de Outubro de 2023

Aceito em: 30 de Novembro de 2023



RESUMO

Este artigo propõe-se a apresentar a educação no contexto das políticas públicas nacionais atuais, em uma abordagem sobre Educação Infantil destacando o processo inclusivo para as crianças com deficiências e como a escola pode interferir

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho). Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808. E-mail: silvanaviana11@yahoo.com.br

² Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação de Arujá. 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos. E-mail: alessandrabbalmeida@gmail.com

³ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Núcleo de Educação Infantil Professora Odácia Tereza Damázio. 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos. E-mail: cristianet.escobar@hotmail.com

⁴ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Secretaria Municipal de Educação de Ponte Nova (SEMED - MG). Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808. E-mail: saviosantosefi@gmail.com

⁵ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Escola Municipal de Educação Infantil Professora Áurea Melo Zamor (SEMED). 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos. E-mail: jessica_marinho20@hotmail.com

⁶ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST) - Flórida. Escola Estadual de Ensino Fundamental II e Médio" Reverendo Almir Pereira Bahia"(SEDE). 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL33431, Estados Unidos. Email maurinha_36@yahoo.com.br

⁷ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana De Ciencias Sociales (FICS). Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva. Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808. E-mail: ricardopsicologo@semed.palmas.to.gov.br

⁸ Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Secretaria Municipal de Educação. 1960 NE 5th Ave, Boca Raton, FL 33431, Estados Unidos. E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

positivamente no desenvolvimento dessas crianças. O objetivo é investigar aspectos importantes de conduzem a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil, e, ao analisar suportes legais, teóricos e materiais para atendimento dessas crianças discutir dificuldades e apresentar práticas para tornar possível a inclusão na escola. Para tanto, o estudo apresenta suportes para a inclusão de crianças na Educação Infantil, fundamentos para atender a criança com deficiência e dificuldades e práticas para fazer a escola inclusiva estruturados com base em fontes bibliográficas como textos oficiais, obras de autores que tratam do tema e textos acadêmicos disponíveis na internet, uma vez que ativar conhecimentos é imprescindível, pois, a demanda da inclusão na Educação Infantil requer respostas da escola, dos professores da sala de aula comum e dos professores de apoio educacional especializado.

Palavras-chave: Educação infantil; inclusão; crianças; deficiências; suportes.

ABSTRACT

This article aims to present education in the context of current national public policies, in an approach to Early Childhood Education highlighting the inclusive process for children with disabilities and how the school can positively interfere in the development of these children. The objective is to investigate important aspects that lead to the inclusion of children with disabilities in Early Childhood Education, and, by analyzing legal, theoretical and material supports for serving these children, discuss difficulties and present practices to make inclusion at school possible. To this end, the study presents support for the inclusion of children in Early Childhood Education, foundations for serving children with disabilities and difficulties, and practices for making schools inclusive, structured based on bibliographical sources such as official texts, works by authors who deal with the topic and academic texts available on the internet, since activating knowledge is essential, as the demand for inclusion in Early Childhood Education requires responses from the school, regular classroom teachers and specialized educational support teachers.

Keywords: Early childhood education; inclusion; children; disabilities; supports.

RESUMEN

Este artículo propone presentar la educación en el contexto de las políticas públicas nacionales actuales, en un enfoque de la educación infantil, destacando el proceso inclusivo para los niños discapacitados y la forma en que la escuela puede interferir positivamente en el desarrollo de estos niños. El objetivo es investigar los aspectos importantes de la inclusión de los niños con discapacidad en la educación de los niños y, mediante el análisis del apoyo jurídico, teórico y material para la asistencia a esos niños, examinar las dificultades y presentar prácticas para hacer posible su inclusión en la escuela. Con este fin, el estudio ofrece apoyo para la inclusión de niños en la educación infantil, la base para atender a niños con discapacidad y las dificultades y prácticas para estructurar escuelas inclusivas sobre la base de fuentes bibliográficas como textos oficiales, trabajos de autores que tratan el tema y textos académicos disponibles en Internet, ya que la activación del conocimiento es indispensable, por lo tanto, la demanda de inclusión en la educación infantil requiere respuestas de la escuela, los profesores en el aula común y los apoyar la educación especializada de los profesores.

Palabras clave: Educación infantil; inclusión; niños; discapacidad; medios de comunicación.

1. Introdução

A Política Nacional de Educação Especial assinala para uma definição de prioridades em relação ao atendimento especializado a ser oferecido na escola regular a partir da Educação Infantil requerendo compromissos e condições de trabalho para a escola conquistar boas práticas inclusivas.

Foram editados diversos textos legais nos quais a ideia da inclusão escolar se concretiza em definitivo como direito de acesso da criança com deficiência na escola comum e de nela receber o atendimento de que necessita para vencer os obstáculos.

Porém, as concepções de professores acerca da inclusão educacional de crianças com NEE ainda têm como base o conceito de normalidade, e com isso restringem-se a enxergar apenas suas limitações, o que causa muitos obstáculos na sua prática educacional, fazendo com que se sintam impotentes diante da realidade que encontram na escola.

Então, se deve produzir um extenso processo de reflexão no qual se possa perceber que nada vai ser significativo enquanto não se romperem com algumas concepções que ainda vigoram nas escolas, ainda que estas se denominem inclusivas, portanto, não só o professor do atendimento especializado deve adquirir conhecimentos, mas também o professor de classe comum, devido ao contato que ele tem com crianças com necessidades educacionais especiais no dia a dia da Educação Infantil.

Frente aos contextos apresentados, o estudo tem por objetivo investigar aspectos importantes de conduzem a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil, e, ao analisar suportes legais, teóricos e materiais para atendimento dessas crianças discutir dificuldades e apresentar práticas para tornar possível a inclusão na escola.

Para a elaboração do estudo foi realizada coleta e análise de diversas fontes bibliográficas como textos oficiais, obras de autores que tratam do tema e textos acadêmicos disponíveis na internet, utilizando da metodologia de pesquisa bibliográfica.

A estrutura do artigo consiste em Introdução, Desenvolvimento que se divide em três tópicos (Suportes para a inclusão de crianças na Educação

Infantil; Fundamentos para atender a criança com deficiência; Dificuldades e práticas para fazer a escola inclusiva) e Considerações Finais.

2. Desenvolvimento

2.1 Suportes para a Inclusão de Crianças na Educação Infantil

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca/Espanha, em 1994, destacou-se a necessidade de modificação dos sistemas educativos, objetivando acolher a todas as crianças, jovens e adultos, considerando todas as suas características e necessidades.

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1995, p. 142), “as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos”.

Souza e Cavalari (2010) ressaltam que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fez com que a educação crescesse em relação ao desenvolvimento e o compromisso com uma educação de qualidade, introduzindo um capítulo específico que orienta para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, que deve ter início na educação infantil.

Para os autores, o Ministério da Educação, coloca nacionalmente o desenvolvimento e amparo à política de educação inclusiva e tem implementado ações que colocam como prioridade a ampliação do acesso e do atendimento educacional especializado, criando as condições necessárias para a inclusão nas escolas de ensino regular, propiciando assim participação e aprendizagem de todos os alunos e possibilitando o seu avanço nas demais etapas e níveis de ensino.

Souza e Cavalari (2010, p.191) entendem que educação inclusiva, é um dos temas mais discutidos da atualidade, o que leva a pensar e discutir o contexto da educação em geral, com o objetivo de se fazer uma escola mais justa que respeite as diferenças físicas, mentais, culturais de todas as pessoas, oferecendo a elas a inserção e participação social com qualidade de vida. Os autores definem inclusão como sendo “a nossa capacidade de entender e

reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre nós”.

Dessa forma, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem ressalvas e tem em pauta a discussão e o trato dos problemas dos estudantes, com deficiência ou não, no cotidiano, envolvendo todos que nela atuam, prevendo que mesmo que em situações se façam necessárias medidas de apoio individualizadas para possibilitar o máximo de desenvolvimento acadêmico e social, a meta é a inclusão de todos em um ambiente comum de ensino.

Todos, portanto, não podem ficar de fora dos processos educativos. A inclusão escolar, no entanto, surge como um movimento de ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, em defesa dos direitos de participação e aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, na escola comum, mesmo essas crianças estando afastadas da escola por motivo de enfermidade (SOUZA; CAVALARI, 2010, p. 2).

Em conformidade com as orientações estabelecidas na LDB-9394/96 em referência à educação de crianças com necessidades especiais, o MEC elaborou, em 2001, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

O documento é enfático no Item 5.1, apontando que o atendimento de crianças com necessidades especiais nas creches e pré-escolas, diz respeito a recursos humanos comprometidos com o movimento da inclusão, com capacitação, aos recursos de apoio, a participação coletiva e a suportes e adaptações físicas na escola segundo as normas da acessibilidade.

Porque, conforme Correia (2003, p. 24):

Quando a criança com NEE é meramente colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita e/ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa mesma criança sem o apoio de especialistas, isto não é inclusão. Nem é educação especial ou ensino regular apropriado — é educação irresponsável.

Segundo o MEC (2008, p. 18), o objetivo da inclusão na Educação Infantil representa propor para a criança um mundo de interação que contribuirá para o seu desenvolvimento emocional e social, fundamentando-se na sua formação e

na sua realidade, considerando que compreender a sua singularidade, suas necessidades, seus interesses são mais importantes do que caracterizar suas dificuldades e limitações.

O MEC orienta promover a organização do espaço, a eliminação de barreiras arquitetônicas, a adequação de mobiliários, a seleção dos materiais, a adaptação dos brinquedos e dos jogos porque esses são instrumentos fundamentais para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena. E esses aspectos se tornam condições essenciais e prioritárias na educação e no processo de inclusão de crianças com deficiência (BRASIL, 2008).

2.2 Fundamentos para Atender a Criança com Deficiência

O poder público ao constituir as orientações sobre a educação de crianças em leis e documentos se estabeleceu os fundamentos para que sejam desenvolvidas atividades que sejam pedagógicas, traduzindo o binômio cuidar e educar, além das orientações para o entendimento das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

Nesse sentido, para Leme (2011), a atenção com a dinâmica de desenvolvimento da pessoa, o crescimento físico e a construção da identidade, como estrutura saudável, para estabelecer a relação ensino aprendizagem, fundamenta-se também na ética do cuidado, como resgate do modo de ser cuidado.

A escola inclusiva no contexto da educação infantil terá que trilhar por um caminho de interação com essas crianças de modo que venham a se entender como indivíduos capazes de aprender. No entanto, essa percepção “envolve contato direto, porque sem o estabelecimento de uma relação de ver, ouvir, tocar, não é possível conhecer o outro” (CARNEIRO, 2012, p.28).

Além dessas prerrogativas, conforme Carneiro (2012, p.31), aos pares, a convivência desde a educação infantil em um modelo inclusivo pressupõe a formação “de novas gerações com percepções sem preconceitos sobre o outro, pois, se não categorizamos algo ou alguém como superior ou inferior, esse traço não fará parte de sua constituição”.

No caso da Educação Infantil, para o referido autor, o acesso de crianças

com necessidades educacionais especiais é a possibilidade para que possam fazer uso de sua liberdade como direito fundamental.

Para Fontana (2012) é necessário se preocupar acerca do desenvolvimento da criança desde seu nascimento para compreender os modos como a criança pequena aprende e se desenvolve e, principalmente, quanto aos estímulos essenciais de movimento e sensoriais necessários para que o bebê se desenvolva integralmente. Estímulos adequados à criança, desde seu nascimento, lhe permite que tenha um desenvolvimento pleno de suas funções cognitivas, motoras e emocionais.

A estimulação, especificamente, favorece o desenvolvimento, a aprendizagem e a socialização de crianças, especialmente, de zero a quatro anos de idade, apresentando ou não alguma deficiência ou aquelas em situações de risco e que precisam de uma atenção especial (FONTANA, 2012). Essa estimulação antecipa o desenvolvimento integral da criança deficiente acrescentando possibilidades desse aluno interagir com os outros e constituir uma afinidade com o seu meio.

E assim, se pode dizer que todas as orientações realçam a complexidade da profissão docente com suas possibilidades, potencialidades, contradições e dificuldades, pois, muitas vezes, é esse profissional que percebe que a criança apresenta algum desnível em seu desenvolvimento.

Para obter essa percepção, o conhecimento de como a criança se desenvolve são essenciais ao professor de Educação Infantil e assim a formação do professor da Educação Infantil se mostra dependente de uma multiplicidade de conhecimentos em diversas áreas.

Fontana (2012, p.43) argumenta que o conhecimento do desenvolvimento da criança, ou seja, desenvolvimento da função motora, intelectual e afetiva, são necessários para quem trabalha com crianças, principalmente na pré-escola o desenvolvimento destas três funções está intimamente ligado, não podendo separá-los. Eles são facilitadores da abordagem global da criança, ajudando a entender suas possíveis dificuldades escolares.

Segundo Machado (2009), o papel do professor é promover o ambiente de aprendizagem e somente ele poderá conduzir com excelência toda a

abordagem que prima pela qualidade do desenvolvimento humano, desde que esteja movido para essas questões.

De acordo com o ponto de vista de Vygotsky (1991), o aprendizado é uma fonte de conceitos que, por sua vez, direciona o desenvolvimento da criança. Não devemos esperar que a criança amadureça, desenvolva-se para depois aprender novos conceitos, pois é apropriando-se de novos conceitos que ela se desenvolve.

A aceitação da criança deficiente pelos colegas depende da colocação de uma pedagogia inclusiva na prática do professor onde o destaque não seja a deficiência, mas a manifestação do seu potencial, pois, conforme afirma Facion (2009, p.203) “a inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão”.

Para tanto, o sistema de ensino tem por obrigação oferecer o atendimento educacional especializado, e para isso a escola deve buscar e instalar os recursos necessários, assim como, buscar professores especializados que não atuem baseados no sistema antigo de integração.

2.3 Dificuldades e Práticas para Fazer a Escola Inclusiva

O Decreto 7.611/2011, em seu artigo 2º no parágrafo 2, diz: que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família, atender as necessidades específicas do público alvo da educação especial, sendo realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Esse atendimento na prática da escola “pode e deve se caracterizar, a partir de uma atuação colaborativa entre professores, a elaboração de uma rede de saberes para ensinar o aluno, tanto em momento específico como o AEE, quanto na sala de aula” (BRAUN; VIANNA, 2015, p.26).

Porém, nas instituições escolares ainda se percebe fragilidades no processo de formação profissional para concretizar a inclusão de crianças. As atividades pedagógicas individualizadas ainda dependem de esforços particulares de professores e também existe falta de compromisso da comunidade escolar com a inclusão.

Existem também dificuldades para estabelecer a colaboração entre professores do AEE e da sala comum, faltando-lhes, rotineiramente, concordância para definir os processos didáticos e pedagógicos mais apropriados para cada criança.

O conhecimento da deficiência pelos professores é fundamental para trabalhar com a criança e a falta deste interfere tanto no seu trabalho quanto na vida acadêmica do aluno portador de NEE. Porém, como afirma Amaral (1998, p.12):

[...] a questão conceitual (e seus desdobramentos em definições e nomenclaturas) não se limita a mero exercício de retórica, como querem alguns. Penso, ao contrário, que a problematização desse aspecto traz subsídios fundamentais para uma outra (e talvez subsequente) temática: a da integração social, societal ou comunitária (como nomeiam diferentes autores) desse abstrato coletivo "crianças com deficiência", expresso nas individualidades que o compõem.

Segundo Vygotsky (1996), o desenvolvimento de uma criança com “defeito” o que hoje chamamos de necessidades especiais não é apenas problema biológico, mas social.

É importante ressaltar que segundo Vygotsky e Luria (1996, p. 221):

No correr da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais; com base no comportamento natural defeituoso, técnicas e habilidades culturais passam a existir, dissimulando e compensando o defeito. Elas tornam possíveis enfrentar uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso.

De acordo com as orientações para a educação de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (2001, p.47), “é fundamental que o aluno se sinta valorizado e acolhido em todos os momentos de sua escolaridade”.

Assim, a criança deve se sentir valorizada e importante, sendo dever dos educadores despertarem em seus alunos sentimentos de autoestima, de confiança e segurança em suas próprias capacidades para encarar com atitude firme uma vida repleta de perigos, indagações e inúmeras dificuldades (AMARAL, 1998).

É preciso trilhar pelos caminhos do trabalho colaborativo se houver o real

objetivo de construir uma educação no modelo inclusivo. Esse trabalho tem início com a inserção da educação especial na rede de ensino regular e no estabelecimento de redes de apoio envolvendo vários setores sendo imprescindível o trabalho articulado entre o professor de classe e o professor de educação especial.

Assim, visualizadas as possibilidades de colaboração da educação regular com o atendimento educacional especializado conforme estipulado pelas leis e diretrizes, a inclusão requer a modificação nas culturas de trabalho em que os professores das duas áreas se articulam, compartilhem saberes visando favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência e de todos os demais.

Nunes (2003) considera imprescindíveis pesquisas que versem sobre a definição do perfil profissional do educador especial, porque é essencial que o aluno com necessidades especiais seja acompanhado em todo processo de ensino-aprendizagem por professores devidamente preparados tanto no aspecto pedagógico quanto no aspecto psicológico e emocional.

Rego (1995, p.22) lembra que:

O interesse de Vygotsky pela psicologia acadêmica começou a se delinear a partir de seu contato, no trabalho de formação de professores, com os problemas de crianças com defeitos congênitos, tais como: cegueira, retardo mental severo, afasia, etc. Essa experiência o estimulou a encontrar alternativas que pudessem ajudar o desenvolvimento de crianças portadoras dessas deficiências.

Dessa forma, segundo Mantoan (1997, p. 120) a inclusão é um pretexto para que a escola “se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”. Baptista (2001, p.28) destaca que, “a inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que possui, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento”.

Porém, é preciso trabalhar em parceria com a equipe especializada que acompanha a criança, dentro e/ou fora da escola, bem como com as respectivas

famílias, com o intuito de ampliar as possibilidades de inclusão.

Dentro das atuais condições da educação, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado e sem que se conceda aos professores orientação e subsídios. Reconhece-se que é preciso uma mobilização no âmbito da escola para que a responsabilidade da inclusão não recaia basicamente sobre o professor (NUNES, 2003).

Para se desenvolverem integralmente todas as crianças precisam de um ambiente emocionalmente equilibrado alicerçado pela confiança estabelecida nos seus relacionamentos familiar e escolar, com os adultos com os quais desenvolvem relações afetivas em um processo contínuo, ganhando assim autonomia para explorar o mundo. Pais e educadores devem ser capazes de representar e facilitar a aquisição de atitudes por meio de métodos ativos.

A obrigação de se ter uma regra ou um padrão exhibe o quanto o diferente impossibilita, ou, pelo menos, deturpa aquele indivíduo com o qual se vai interagir, porque, como diz Amaral (1998, p.67),

O outro, o diferente, o deficiente, representa muitas e muitas coisas. Representa a consciência da própria imperfeição daquele que vê, espelha suas limitações, suas castrações. Representa, também, o sobrevivente, aquele que passou pela catástrofe e a ela sobreviveu, com isso acenando com a catástrofe em potencial, virtualmente suspensa sobre a vida do outro. Representa também uma ferida narcísica em cada pai, em cada profissional, em cada comunidade. Representa um conflito não camuflável, não escamoteável-explicito em cada dinâmica de inter-relações.

Diante disso, na maneira de educar e atender o deficiente houve inquestionáveis mudanças, porém os avanços não podem ser paralisados, é preciso continuar buscando formas de melhorar estabelecendo outros estudos e pesquisas para auxiliar a escola e professores na prática da inclusão da criança deficiente, de forma que se possa dizer como Vygotsky (1997, p.76) “no lugar da mística foi posta a ciência, no lugar do preconceito, a experiência e o estudo.”.

Considera-se que, para transformar o processo educacional é preciso ousadia. É preciso torna-lo dinâmico, flexível, e acima de tudo exercer a criticidade. Só assim será possível reconhecer limites e conceber novas

possibilidades, “ressignificando a presença do aluno com deficiência na sala de aula, que se refere à tendência de se olhar para o desenvolvimento no humano e para a aprendizagem de uma maneira mais intensiva” (VYGOTSKY, 1984, *apud* GOÉS, 2004, p.41).

3. Considerações Finais

O desafio de lidar com crianças com necessidades educacionais especiais na perspectiva de uma escola infantil inclusiva significa, além de acreditar nas potencialidades e nas capacidades de cada uma, rever as crenças e conceitos acerca da deficiência e tornar a instituição capaz de ser bem sucedida em educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens providas, especialmente, de deficiências.

A inclusão reverte para a escola o desafio de trabalhar com uma rede de apoio e formar em seu contexto uma equipe colaborativa porque ela é um processo inconstante e é construída por meio de atuações articuladas entre todos profissionais envolvidos que se transformam através de constantes exames e inovadas reflexões.

Ainda que a escola tenha avançado, existem requisitos que necessitam de efetivas mudanças que se tem pressa para acontecer, porque estão à deriva e é preciso reencontrar o objetivo para navegar e as escolas não podem se perder nesse processo. Porém, pensar, refletir, encontrar novos caminhos demanda tempo e pesquisas, entretanto, o importante é não parar pelo caminho, porque em se tratando de inclusão se está sempre apenas no início.

A formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, assim a mudança exige instalar novos caminhos que potencializem os recursos humanos da escola e assim sejam colocadas inovações nas práticas.

O processo da inclusão exige uma revisão de valores também nas práticas educativas que permitem ressignificar as relações entre os indivíduos envolvidos no processo educacional, respeitando-se as diferenças e consolidando na prática a efetiva inclusão.

É preciso considerar que cada uma das crianças possui traços e características únicas e representam histórias de vida e de superação sendo

gradativamente construídas, portanto jamais se deve rotular cada uma pela deficiência que possui.

Assim, todo conhecimento adquirido sobre os aspectos que envolvem a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na Educação Infantil se torna importante para o professor escolar, cujo interesse deve se voltar para o desenvolvimento do aluno, dando-lhe dignidade através da garantia de participação e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: **Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e Práticas**. Júlio Groppa Aquino (org.). São Paulo Summus Editorial, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília/DF, 2001.

_____. MEC. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC. Brasília/DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília DF, 2010.

_____. Presidência da República. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e Plano Individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. (Org.) In: **Educação Especial e Inclusão Escolar. Reflexões sobre o fazer pedagógico**. p. 20-35. Seropédica/RJ: UFRRJ/DPPG/EDUR Editora UFRRJ, 2015.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 12 p. 81-95 jan./jun. 2012. Disponível em <http://www.periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/735/708>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CORREIA, Luís Miranda. **Educação Especial e Inclusão**. Porto: Porto Editora, 2003.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FONTANA, Cleide Madalena. **A importância da Psicomotricidade na Educação Infantil**. Monografia de Especialização em Educação. 2012. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4701/1/MD_EDUMTE_VII_2012_03.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas SP, 2004. Coleção Contemporânea.

LEMES, Ângela Regina. **Fissuras Labiopalatinas: como conviver e educar para o desenvolvimento humano**. 2011. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads//2011/11/FISSURAS-LABIOPALATINAS-COMO-CONVIVER-E-EDUCAR-PARA-ODESENVOLVIMENTO-HUMANO.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MACHADO, Rosângela. **Educação especial na escola inclusiva: Políticas Públicas, paradigmas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 1997.

NUNES, Leila; et al. **Pesquisa em Educação Especial na Pós-Graduação – Questões atuais**. Vol. III, Sete Letras, RJ, 2003.

REGO, Teresa. C. R. E. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, M. O.; CAVALARI, N. **A importância da inclusão na educação infantil**. Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, v. 1, n. 2, fev. 2010. Disponível em: <http://www.ucpparana.edu.br/cadernopos/edicoes/n1v2/14.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.2, n. 3, p. 141, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, Lev S. **Obras Escogidas: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor, 1997.

_____, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.